

OS NEXOS ENTRE A
CÚPULA DOS SISTEMAS
ALIMENTARES E AS
CONFERÊNCIAS DE
BIODIVERSIDADE E MUDANÇAS
CLIMÁTICAS DAS
NAÇÕES UNIDAS



Apoio:

IBIRAPITANGA

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO



INTRODUÇÃO

A governança global ambiental é composta por um emaranhado de regimes, acordos e procedimentos sedimentados ao longo dos últimos 50 anos a partir de negociações realizadas sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU). Apesar de suas conexões intrínsecas, os temas de soberania e segurança alimentar, mudanças climáticas e diversidade biológica tendem a ser abordados de forma compartimentada em meio a essa estrutura de governança, contando com instrumentos, procedimentos de tomada de decisão, acordos e metas que lhe são próprios.

Resgatando as importantes conexões entre essas temáticas e partindo das instigantes contribuições dos painelistas do [webinário](#) realizado pela [Conferência Popular por Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional \(CSSAN\)](#) e pela ONG FASE- Solidariedade e Educação, em novembro de 2022, esse documento tem como principal objetivo evidenciar os nexos entre três foros internacionais de negociação distintos: a Cúpula Mun-

dial de Sistemas Alimentares da ONU e as Conferências das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e sobre Diversidade Biológica.

Pretende-se, assim, oferecer uma síntese das intervenções realizadas por André Luzzi (Conferência Popular de SSAN), Maureen Santos (FASE), Larissa Packer (GRAIN), Miriam Nobre (Marcha Mundial das Mulheres) e pela moderadora Maria Emília Pacheco (FASE e Conferência Popular de SSAN), explicitando os principais pontos que atualmente permeiam as agendas negociadoras e promovendo reflexões críticas acerca de como as iniciativas acordadas em meio a esses foros globais impactam no nível local e nos direitos das populações. Essa iniciativa, que compreende o webinário e a presente publicação, se insere também na agenda internacional mais ampla da Conferência Popular, no sentido de democratizar e localizar os debates e espaços internacionais que afetam os povos e os sistemas alimentares, de modo a informar e mobilizar atores sociais quanto a esses assuntos.



CÚPULAS X CONFERÊNCIAS DO SISTEMA ONU

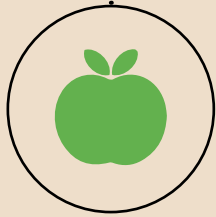
Antes de mais nada, vale destacar as diferenças entre conferências da ONU e cúpulas. Conforme ressaltado durante o webinar por Maureen Santos, assessora da Fase e membro do Grupo Carta de Belém, as conferências ocorrem em meio a regimes específicos, no caso aqui analisado, o regime internacional sobre mudanças climáticas e o regime sobre diversidade biológica. Ambos têm origem na Conferência do Rio, mais conhecida como Rio-92, quando foram criadas a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, sigla em inglês) e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). As decisões acerca dos procedimentos, metas e acordos estabelecidos no âmbito desses dois regimes ocorrem em meio às chamadas Conferências das Partes (COPs). Essas compõem o calendário oficial de eventos da ONU e, como o próprio nome evidencia, reúnem os países signatários das suas respectivas convenções, contando também com a importante presença de atores não estatais, como organizações da sociedade civil, membros da academia e do empresariado.

As cúpulas, por sua vez, não se configuram como espaços oficiais de negociação. Temos como exemplo a Cúpula dos Povos, tradicionalmente realizada de forma

paralela às COPs, que reúne movimentos sociais e organizações da sociedade civil visando ampliar os diálogos e refletir sobre os problemas socioambientais a partir de múltiplos ângulos. Há ainda as Cúpulas realizadas no âmbito do sistema ONU, convocadas com o objetivo de indicar caminhos e alcançar visões pactuadas acerca de determinado tema. Suas recomendações não possuem caráter mandatório, porém, tendem a ter incidência sobre as negociações oficiais¹.

As cúpulas são, portanto, tipicamente compreendidas como espaços mais participativos e permeáveis às vozes de múltiplos atores. Contudo, durante o webinar, todos os palestrantes notaram com preocupação a tendência de que as cúpulas assumam um novo formato, privilegiando discursos e interesses de grandes corporações em detrimento das demandas legítimas de outros segmentos. Conforme apontado por André Luzzi, membro da Conferência Popular e do Mecanismo de Sociedade Civil e Povos Indígenas do Comitê de Segurança Alimentar da ONU, esses novos processos fazem com que as cúpulas não se mostrem tão representativas como se supunha, além de enfraquecer e esvaziar espaços intergovernamentais previamente constituídos.

1. CPSSAN. O que está em jogo na Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU?, 2021.



AS DIMENSÕES DOS DIREITOS HUMANOS E O PAPEL DA CONFERÊNCIA POPULAR SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR E SEGURANÇA NUTRICIONAL

A captura desses espaços de negociação pelas grandes corporações mostra-se ainda mais problemática se considerarmos que as decisões pautadas no âmbito desses foros globais apresentam potencial de afetar a vida de populações em nível local, lesando direitos consolidados internacionalmente a partir de dispositivos como a Carta Internacional de Direitos Humanos e a Declaração sobre Direito dos Camponeses, das Camponesas e outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 2018 como resultado da mobilização de movimentos sociais, e lamentavelmente com a abstenção do governo brasileiro. Muitos dos pontos negociados, tanto nas cúpulas quanto nas COPs, mostram-se incompatíveis com estes direitos, em especial o direito à alimentação, à soberania alimentar, ao acesso à terra, às sementes e recursos genéticos, além do direito à saúde pública.

A perversa tendência à flexibilização e à restrição de direitos não se nota apenas nos espaços internacionais de negociação, mas também em nível doméstico. No que diz respeito ao contexto brasileiro, é essencial ressaltar o papel da Conferência Popular sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em denunciar o desmantelamento das políticas públicas nacionais de combate à fome² e as crescentes violações de direitos dos povos do campo, das florestas, das águas e das cidades³. A Conferência foi convocada em julho de 2019 por organizações, movimentos sociais e ativistas com o objetivo de mobilizar a sociedade em torno de demandas como a erradicação da fome, a promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, o Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequada (DHANA) e a garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN)⁴.

2. Entre os principais retrocessos concretizados pelo governo de Jair Bolsonaro destacam-se o fim do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a desarticulação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

3. Website Conferência Popular SSAN.

4. CPSSAN. Conferência Popular em Movimento: por democracia, direitos, soberania e segurança alimentar e nutricional: 2020-2021.

Desde então, a Conferência vem se articulando a partir de encontros regionais, atos, eventos virtuais e publicações, adotando como diretrizes o combate à fome e o Direito à Alimentação e Nutrição Adequadas e a crítica à captura corporativa verificada no âmbito da Cúpula dos Sistemas Alimentares.

Em sua fala de abertura, Maria Emília Pacheco, assessora da FASE e ex-presidente do Consea, destacou que uma das premissas da Conferência Popular é a defesa intransigente dos direitos e relembrou o papel fundamental dos Estados em protegê-los. André Luzzi, por sua vez, afirmou que a Conferência possui como pilares fundamentais a solidariedade entre os povos, a autonomia de decisão sobre a produção, o acesso e a distribuição dos alimentos,

tendo como base sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, referenciados na cultura. A Conferência também atua mediante à celebração e ao reconhecimento de outros saberes, outras formas de gramática social com a defesa dos direitos coletivos, da organização autônoma dos sujeitos de direitos, da produção de base agroecológica e de organização econômica, pautada na lógica de uma economia solidária. De acordo com Luzzi, essas preocupações têm sido levadas perante o Mecanismo da Sociedade Civil e Povos Indígenas para as relações com o Comitê de Segurança Alimentar (CSA) da ONU, visando garantir a participação efetiva de grupos populacionais, em especial os afetados pela insegurança alimentar, em meio aos debates internacionais.



A CÚPULA MUNDIAL DOS SISTEMAS ALIMENTARES

Convocada pelo Secretário Geral da ONU, António Guterres, durante o Fórum Econômico Mundial de Davos, no final de 2019, a Cúpula Mundial dos Sistemas Alimentares foi anunciada como parte da Década de Ação sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Esta cúpula, contudo, se diferenciou fundamentalmente das Cúpulas Mundiais de Alimentação realizadas em anos anteriores, tanto no que diz respeito à maneira como foi convocada, quanto aos seus procedimentos. Enquanto as Cúpulas Mundiais de Alimentação sempre contaram com forte protagonismo da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e do CSA - reformado em 2009 após a última crise de segurança alimentar e nutricional e considerado um dos espaços mais representativos do

sistema ONU, conforme explicitou André - a Cúpula Mundial dos Sistemas Alimentares foi convocada unilateralmente pelo Secretariado em meio a um fórum econômico - um espaço de articulação privilegiado para governos e o setor privado - sinalizando claramente que os interesses das grandes corporações estariam no centro da agenda negociadora.

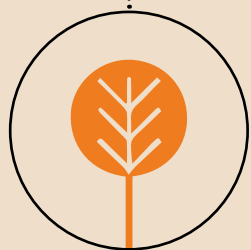
A Cúpula foi realizada em setembro de 2021 na sede da ONU, em Nova York, e, como era de se esperar, sua agenda foi moldada pelos interesses das empresas transnacionais, em especial representantes do agronegócio e grandes produtoras de produtos alimentícios. A influência desses atores pode ser rastreada desde o problemático e incipiente processo de consultas públicas que antecedeu a cúpula até os temas debatidos e excluídos da mesa de negociação. A baixa incidência dos movimentos da sociedade civil fez com que tópicos controversos e de extrema sensibilidade para populações tradicionais, povos indígenas e comunidades camponesas, tais quais a desigualdade em termos de acesso à terra e o uso de pesticidas, fossem deixados de fora da agenda negociadora. Outros pontos ausentes foram a situação de insegurança alimentar em países que passam por situações de conflito e a dívida dos países em desenvolvimento, o que

demonstra que não é apenas a sociedade civil que vem perdendo espaço em meio aos espaços multilaterais, os países do Sul Global também vêm se mostrando cada vez menos capazes de incidir sobre as agendas negociadoras⁵.

Em denúncia aos processos excludentes estabelecidos pela cúpula, as organizações da sociedade civil e os povos indígenas se articularam para realizar a Contra-mobilização dos Povos pela transformação dos Sistemas Alimentares Corporativos⁶, realizada em julho de 2021 paralelamente à Pré-Cúpula dos Sistemas Alimentares, em Roma. Conforme pontuado por André, as críticas se referiam à forma como a convocatória foi realizada, às margens dos espaços de governança global, a sensibilidade das propostas aos interesses das grandes corporações, a ausência de respostas efetivas para transformar os sistemas alimentares e, principalmente, a frágil abordagem conferida aos direitos humanos. Segundo ele, o afastamento da FAO e do CSA seria sintomático de uma tendência de que as cúpulas - e as negociações de forma geral - tornem-se cada vez mais pautadas pelos interesses de atores corporativos, em meio a um processo de captura, que ocorre de forma cada vez mais sofisticada e perversa, dos espaços tradicionais de governança global.

5. Marina Yamaoka. Um balanço da primeira Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas. Entrevista com Sofia Monsalve. Nexo Jornal, 22 de outubro de 2021.

6. Para mais informações sobre a Contra-mobilização dos Povos pela Transformação dos Sistemas Alimentares, acesse: <http://www.foodsystems4people.org>



AS CONFERÊNCIAS DAS PARTES DA CONVENÇÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DE DIVERSIDADE BIOLÓGICA

Maureen Santos destacou que as chamadas “convenções irmãs” de mudança climática e de diversidade biológica foram lançadas como resultado de intensas negociações entre países do Norte e do Sul Global. O lançamento dessas convenções aponta para um processo de fortalecimento do multilateralismo no pós-Guerra Fria, quando se adentra na chamada década da “agenda social das Nações Unidas”. Esse foi um período marcado por conquistas dos países do Sul Global, tais quais o reconhecimento das responsabilidades históricas dos países do Norte para com a crise climática e, em meio à CDB, a negociação de moratórias específicas sobre experimentos que poderiam exercer impactos nocivos nos sistemas terrestres. Maureen pontuou que aquele foi um momento propício para se tecer contribuições a partir de uma perspectiva dos países do Sul, algo que se torna cada vez mais difícil atualmente em razão do status da governança global.

Ao longo das últimas três décadas, conforme salientado por Maureen, essa estrutura de governança foi fortemente influenciada pelos interesses das grandes corporações, que também se entranham nos Estados de forma a contaminar as discussões internacionais, conferindo peso a proposições centradas no papel das tec-

nologias para solucionar problemas globais como a mudança climática, a perda de biodiversidade e a fome. Logo, ainda que os Estados se mantenham como atores chave no processo de decisão formal, os resultados dessas negociações tendem a exercer menor impacto no campo político. Essa tendência é evidenciada pelo Acordo de Paris e pelo novo Acordo Global de Biodiversidade pós-2020, celebrados no âmbito desses dois regimes. Em contraste com seus antecessores, o Protocolo de Quioto e as Metas de Aichi, esses dois novos marcos preveem metas flexíveis e voluntárias, comprometendo a efetividade, transparência e monitoramento das iniciativas.

Nesse sentido, Maureen notou que durante a COP 27 de mudanças climáticas, realizada em novembro no Egito, as negociações estatais permaneceram restritas ao último pavilhão do espaço oficial, enquanto os principais pavilhões foram ocupados por representantes de grandes corporações e confederações, fazendo com que a conferência se assemelhasse a uma grande feira de exposições. Ao mesmo tempo, ela destacou a tendência de que os compromissos, em especial as iniciativas conjuntas entre empresas e estados, assumam um caráter voluntário, sendo colocados às margens dos meca-

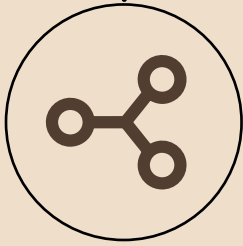
nismos oficiais de governança. Partindo do mesmo diagnóstico realizado por André, Maureen salientou como essas iniciativas tendem a enfraquecer espaços mais democráticos e transparentes, instituídos em meio a esses regimes multilaterais ao longo de anos de negociações.

Talvez por isso os resultados alcançados pela COP 27 tenham sido tão tímidos. A conferência foi marcada pela presença de mais de 600 representantes de indústrias de combustíveis fósseis, ao passo em que a sociedade civil, especialmente da região onde foi realizada a conferência, esbarrou em dificuldades para participar, em função das políticas de vigilância e de cerceamento das liberdades de expressão adotadas pelo governo do país anfitrião⁷. Mesmo diante dessas limitações, as organizações da sociedade civil desempenharam pressões importantíssimas que contribuíram para o anúncio, ao final da conferência, de um Fundo de Perdas e Danos para os países mais vulneráveis às mudanças climáticas. As negociações também resultaram no Plano de Implementação de Sharm El-Sheikh, considerado por muitos insuficiente para responder à gravidade das mudanças climáticas. O plano deixa a desejar em termos de políticas de mitigação de emissões, essenciais para que a meta do Acordo de Paris de evitar que a temperatura do planeta se eleve a mais de 1.5º C seja concretizada, e também no que

se refere à eliminação dos combustíveis fósseis, algo que já havia sido pontuado na conferência do ano passado.

Enquanto isso, iniciativas atreladas às Soluções Baseadas na Natureza (NbS, sigla em inglês) e a mecanismos de mercado tendem a se proliferar. Conforme destacado por Maureen, notam-se no Brasil inúmeros projetos vinculados ao mercado de carbono e que chegam aos territórios dos povos indígenas e populações tradicionais por meio de empresas atravessadoras. Mediante à crença de que esses projetos trariam benefícios financeiros para as comunidades, são assinados contratos que permitem o cerceamento dos direitos territoriais, interferindo na organização sociopolítica e identitária das comunidades. Nesse sentido, Maureen destacou como os nexos entre esses regimes se tornam evidentes ao olharmos para os territórios, onde multiplicam-se iniciativas para atender às diretrizes negociadas internacionalmente e que devem ser implementadas no plano doméstico. Maureen salientou, contudo, que as consequências dessas iniciativas não se limitam à esfera local, onde percebe-se claramente o aumento da grilagem e a redução de direitos e acesso à terra. Suas conexões com o global se tornam claras à medida em que, muitas vezes, essas ações se colocam como inefetivas ou até mesmo danosas para a biodiversidade, o clima e os sistemas alimentares.

7. Plataforma Socioambiental. Cobertura COP 27: Análise do Acordo Final, 2022.



CONEXÕES ENTRE OS TRÊS ESPAÇOS DE GOVERNANÇA

Um elemento comum na fala das(o) palestrantes foi a percepção acerca da captura dos espaços negociadores pelos interesses corporativos, tendência verificada em meio às negociações de clima, de biodiversidade e também de sistemas alimentares. Como resultado, conforme destacado por Maureen, é possível verificar sinergias crescentes em meio a essas agendas, em especial no que diz respeito a temas ligados às tecnologias de captura e armazenamento de carbono e de sequenciamento genético, aos mecanismos de mercado e às soluções baseadas na natureza, compreendidas por algumas organizações da sociedade civil e movimentos sociais como falsas soluções.

No mesmo sentido, Larissa Packer, da Grain América Latina, notou o papel das narrativas hegemônicas em realizar um diagnóstico incompleto das múltiplas crises que atualmente atravessamos, favorecendo soluções tecno-corporativas, apresentadas justamente pelos causadores desses problemas, e o *greenwashing*⁸. Segundo Larissa, as crises climática, de biodiversidade e alimentar são inseparáveis e fazem parte de uma crise maior, de caráter civilizacional. Estabelecer conexões entre essas crises é tarefa fundamental para combater essas pseudo-soluções e buscar caminhos efetivos para superar os desafios socioambientais que atualmente enfrentamos.

8. O termo *greenwashing* se refere à estratégia de marketing adotada por muitas corporações e verificada de forma cada vez mais frequente em meio às negociações internacionais. Tal estratégia, traduzida como lavagem verde, consiste no reconhecimento dos desafios ambientais e na utilização de informações inconsistentes por parte dessas corporações visando, justamente, a apresentação de seus produtos como soluções para esses problemas. Para mais informações sobre *greenwashing*, ver a [publicação do GRAIN](#) sobre o tema.

Tabela 1: Como os temas são abordados por diferentes atores em meio a esses três espaços de negociação

Temas/Espaços de Negociação	UNFCCC	CDB	Cúpula de Sistemas Alimentares
Soluções baseadas na natureza	Parte das iniciativas de adaptação e mitigação	Maior resiliência dos ecossistemas	Promoção da neutralidade climática dos sistemas alimentares; Benefícios para a segurança alimentar e hídrica
Papel dos mercados	Mercado de créditos de carbono	Pagamento por serviços ambientais	Efeito sobre o preço dos alimentos
Tecnologias	Captura e estoque de CO ₂ , geoengenharia	Sequenciamento digital sobre recursos energéticos e biologia sintética	Agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, Sementes híbridas e transgênicas, Agricultura 4.0

Elaboração: a própria autora, a partir do webinar, documentos de posição e documentos oficiais da UNFCCC, CDB e Declaração de Ação da Cúpula de Sistemas Alimentares.

Em sua apresentação, Larissa apontou para o sistema agroalimentar industrial como um dos principais responsáveis por essas crises. Os relatórios da FAO, da CDB e do IPCC (órgão científico da convenção de mudanças climáticas) são unânimes em apontar contraditoriamente para a falência desse sistema, expondo não apenas a sua vulnerabilidade aos choques externos como também o seu papel como produtor de crises e, ao mesmo tempo, de falsas soluções. Larissa enfatizou, assim, que a crise alimentar não seria produto da escassez de alimentos, mas da manipulação dos preços pelas corporações alimentares e pelos investidores que, ao es-

pecular com os preços das commodities, tornam a cadeia suscetível às oscilações do mercado financeiro.

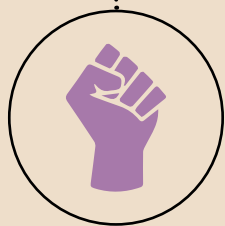
Desde a década de 1990, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), a sociedade civil vem manifestando preocupações quanto ao monopólio corporativo de cada etapa da cadeia de produção de alimentos. Esse monopólio possibilita um maior controle dos preços e resulta no aumento do número de pessoas em situação de fome, conforme observado por Larissa. Ao mesmo tempo, o sistema agroalimentar industrial contribui diretamente para com a crise ecológica, à medida em que seus processos

produtivos comprometem a capacidade regenerativa dos solos, favorecem uma forma de cultivo dependente de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, elevam as emissões de gases do efeito estufa (GEE) e ameaçam a biodiversidade e a saúde das populações. Segundo Larissa, a crise da COVID-19 seria sintomática dessa cadeia de produção, que perpassa pela concentração de terras, o aumento do desmatamento, a perda de habitat natural de espécies, a produção de animais encarcerados em galpões e suscetíveis à vírus e bactérias e, finalmente, o surgimento de epidemias.

Em sintonia com a fala de Maureen, Larissa também notou que o fortalecimento das grandes corporações não advém da falta de atuação do Estado, mas é resultado de decisões políticas do próprio Estado. Em especial em momentos de crise, a tendência é a de que subsídios públicos sejam direcionados em favor de empresas produtoras de sementes híbridas e muitas vezes transgênicas, agrotóxicos e fertilizantes, possibilitando a elas lucros extraordinários, conforme vem se notando durante a pandemia. Apontando para a trajetória de transferência de recursos para essas grandes corporações, Larissa pontuou que o endividamento dos países latino-americanos perante o Fundo Mo-

netário Internacional (FMI) vem aumentando e que os recursos advindos desses empréstimos são, muitas vezes, convertidos em políticas de subsídios na área alimentar, em benefício dessas corporações transnacionais. De acordo com Larissa, isso demonstra como a captura corporativa não se limita aos espaços multilaterais da ONU, ocorrendo também no âmbito dos Estados mediante ao controle do orçamento público voltado aos sistemas agroalimentares insustentáveis.

Por fim, Larissa reforçou o argumento de que a crise alimentar não se configura como uma crise de escassez, mas é resultado do controle corporativo ao longo das cadeias de produção de alimentos da alta vulnerabilidade do setor às especulações financeiras, mas também da redução da produção de alimentos básicos para abastecimento interno. No mesmo sentido, as crises climática e de perda de diversidade biológica são também resultado de um modelo de produção cujos lucros exorbitantes se dão a partir da exploração e financeirização da natureza e das graves violações socioambientais. Obviamente, não há nenhum interesse por parte dessas corporações em modificar essas dinâmicas, o que torna a sua presença e incidência em meio aos espaços de governança ainda mais problemática.



O ENGAJAMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DOS DIREITOS, DA SOBERANIA ALIMENTAR, DA AGROECOLOGIA, DO FEMINISMO E DO ANTIRRACISMO

Miriam Nobre, da Marcha Mundial das Mulheres, direcionou a sua fala à participação da Marcha em meio aos três processos negociadores. No que diz respeito à Cúpula Mundial de Sistemas Alimentares, Miriam rebateu a ideia propagada pelos organizadores de que haveria uma pretensa igualdade entre os diferentes atores para estabelecer diálogos e se alcançar consensos. No sentido oposto, a Marcha interpretava os novos processos como sinais de desbalanceamento e da destruição do multilateralismo em favor dos interesses corporativos. Segundo ela, seria necessário analisar esses processos com atenção aos recortes de gênero, classe e raça. Assim, seria possível identificar claramente a estratégia de algumas fundações de tentar criar uma “maquiagem lilás” ao se utilizarem da questão das mulheres para fazer avançar suas propostas. Do mesmo modo, é possível perceber como a atuação protagonista de mulheres negras é utilizada como estratégia de legitimação de interesses corporativos,

como foi o caso da enviada especial do secretariado para a Cúpula de Sistemas Alimentares, Agnes Kalibata, ex-presidente da Associação para a Revolução Verde na África e fortemente ligada ao agronegócio e à indústria de alimentos⁹.

Ainda sobre o tema dos sistemas alimentares, Miriam alertou para os efeitos da estratégia de Agricultura 4.0, que busca otimizar todas as etapas da produção agrícola, do plantio à colheita, mediante ao emprego de tecnologias digitais. Por meio de iniciativas como essa, o agronegócio tem desumanizado o processo produtivo, compartimentalizando informações e tratando-as como variáveis de um algoritmo. A tendência, portanto, é que pessoas sejam substituídas por informações. Contudo, Miriam ressaltou que a implementação dessa estratégia demanda uma infraestrutura altamente dependente da mineração e da degradação da natureza, unindo as corporações da *big data* às demais corporações agroindustriais.

9. CPSSAN. O que está em jogo na Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU?, 2021.

Já no que se refere à participação da Marcha das Mulheres em meio aos foros sobre mudança climática, Miriam ressaltou o posicionamento crítico das feministas ao capitalismo, deixando claro que a Marcha não quer ser integrada às falsas soluções que buscam legitimidade mediante a um processo que diz incluir as mulheres. Percebendo as armadilhas deste processo, Miriam destacou como a Marcha busca se distanciar de propostas como estas, atuando em busca de estratégias legítimas de fortalecimento das mulheres frente aos desafios atrelados às mudanças climáticas. Nesse sentido, Miriam pontuou que alternativas como o Pagamento por Serviços Ambientais¹⁰ (PSA) também não emergem como uma possibilidade, visto que o mercado de carbono opera a partir de uma matriz de racismo ambiental, de forma totalmente apartada dos conhecimentos das comunidades tradicionais e permeado de contrapartidas que lesam essas comunidades. De acordo com ela, a escassez de alternativas revela a necessidade de se construir políticas de cuidado com a natureza em concordância com as práticas de agricultura familiar e com os aprendizados obtidos em meio à pandemia.

No que diz respeito à CBD, reconhecendo o papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais na proteção da biodiversidade, Miriam alertou que a maior parte dos bancos de dados de sequenciamento genético não considera a origem dos materiais biológicos recolhidos, impossibilitando a repartição justa e equitativa de benefícios e lesando essas populações. Miriam relembra que a Marcha foi chamada a atuar em meio aos processos de negociação do Marco Mundial de Diversidade Biológica pós-2020, mais especificamente, no que concerne à meta sobre as mulheres e a diversidade biológica. Ela revelou que as participantes, com convivência próxima a mulheres agricultoras, indígenas e quilombolas, desconfiaram do teor antropocêntrico das metas propostas, que tendiam a valorizar os serviços ecossistêmicos a partir de uma referência puramente humana. Nesse sentido, Miriam salientou a importância de se refletir sobre formas de interação com as outras espécies que fujam do antropocentrismo¹¹ e reafirmou a necessidade de se olhar para como as comunidades se relacionam com a natureza.

10. O PSA se configura como um mecanismo financeiro que opera a partir da remuneração a produtores rurais, agricultores, comunidades tradicionais e povos indígenas por serviços prestados como a conservação da vegetação nativa, a restauração de áreas degradadas ou remoção de carbono da atmosfera.

11. Para refletir sobre formas de interação não antropocêntricas com a natureza, Miriam sugeriu leituras de obras como *Vozes Vegetais: diversidade, resistência e história das florestas*, organizado por Joana Cabral de Oliveira, Marta Amoroso, Ana Gabriela Morim de Lima, Karen Shiratori, Stelio Marras, Laure Empeaire.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta aos questionamentos da audiência, os palestrantes elaboraram suas intervenções e encaminhamentos finais. André destacou o interesse e a necessidade da sociedade civil e dos povos tradicionais de participar dos debates internacionais sobre soberania e segurança alimentar, um espaço que não deve ser ocupado apenas por especialistas. Ressaltando o papel central que deve ser conferido aos direitos humanos e às conexões entre a justiça social, alimentar e hídrica, André apontou para a necessidade do poder judiciário atuar com protagonismo para salvaguardar esses direitos, inclusive, julgando empresas e governantes e promovendo a reparação de direitos já violados.

Também em referência ao contexto brasileiro, Maureen atentou para a necessidade das organizações da sociedade civil se manterem em diálogo próximo com membros da equipe de transição do novo governo federal. Essa aproximação seria vital para pautar as críticas e as armadilhas abordadas ao longo do webinar, refletir a diversidade de posições verificadas em meio à sociedade brasileira e evidenciar a transversalidade das discussões socioam-

bientais com outras esferas. Maureen também alertou que atores que defendem essas soluções corporativas continuarão incidindo sobre o novo governo, e apontou para a necessidade de se estabelecer um posicionamento coletivo para garantir um maior peso às demandas da sociedade civil. Já no que diz respeito às negociações internacionais, foram destacados os riscos de cooptação e os perigos das propostas colocadas na mesa de negociação. Para ela, o combate a essas propostas perpassa por uma participação cada vez mais ativa dos povos e comunidades tradicionais, mostrando o desejo e direito desses sujeitos de serem reconhecidos como atores legítimos em meio a esses espaços globais de negociação.

Larissa, por sua vez, reforçou que o controle corporativo e financeiro, verificado em meio às cadeias de produção, aos Estados e às organizações internacionais, seria a causa das crises contemporâneas. Para ela, esse seria um momento emblemático de crise de legitimidade do neoliberalismo, considerando a incapacidade desse modelo de gerenciar crises, sejam essas de natureza alimentar, ecológica ou energética. Larissa notou a importância



desse diagnóstico, em especial, em um momento em que as cinco maiores economias da América Latina estão sob governos progressistas e mais propensas às políticas de fortalecimento estatal. Nesse sentido, Larissa apontou para iniciativas como políticas de estoques públicos de alimentos e controle de preços como caminhos para impedir a especulação com os preços de alimentos.

Seguindo o argumento de Larissa, Miriam reforçou a necessidade de uma atuação mais incisiva não apenas por parte do Estado, mas também das comunidades. Ela lembrou as discussões, verificadas no âmbito da FAO, sobre medidas para aumentar a escala de produção da agroecologia e reforçou o posicionamento da Marcha das Mulheres contra iniciativas que trazem o risco de lesar o potencial daquelas que praticam experiências de agroecologia em microescala, nos quintais de suas casas. Também reforçou o posicionamento contrário ao mercado de carbono, lembrando que quem com-

pra créditos são aqueles que destroem a natureza. Por fim, Miriam deixou o questionamento sobre como combinar ações efetivas para o enfrentamento das múltiplas crises com o fortalecimento de sujeitos políticos que deverão concretizá-las.

Ao final do webinar, Maria Emília sintetizou os principais pontos levantados pelos painelistas, apontando para os problemas advindos da estrutura das cadeias de produção de alimentos, do poder crescente das grandes corporações do setor agroalimentar em meio aos Estados e às organizações internacionais e das propostas que vêm sendo apresentadas no âmbito desses espaços internacionais de negociação, com forte impacto no nível local. Por fim, a moderadora ressaltou a importância desse debate em evidenciar os nexos entre as várias crises que hoje atravessamos, em especial, em um contexto de transição de governo federal, quando se espera que as políticas públicas voltadas a essas áreas sejam resgatadas e remodeladas.

Sistematização e Organização do Documento: Beatriz Mattos



www.fase.org.br

www.conferenciassan.org.br